

# O Problema da Substituição *Salva Veritate* em Russell e no Neo Russellianismo

## The Problem of Substitution *Salva Veritate* in Russell And in the Neo Russellianism

*José Marcos Gomes de Luna*<sup>1</sup> (UFRJ)

**Resumo:** Neste artigo defendo a teoria russelliana da crença como relação de múltipla aridade, frente à teoria da crença como relação dual, mantida pelos neo-russellianos, no tratamento das sentenças em contexto de crença. Para isto, procuro apresentar as soluções que Russell e os neo-russellianos, respectivamente, oferecem para o problema da substituição *salva veritate* de termos co-referenciais em sentenças de crença. Realço algumas dificuldades que os neo-russellianos parecem não dar conta por considerarem a crença uma relação dual, isto é, uma relação entre o sujeito e uma proposição, mas, também proponho a acolhida de algumas vantagens que eles oferecem para a abordagem do referido problema. E sustento a ideia de que é possível retomar a teoria da crença de Russell como, aliás, alguns já estão fazendo, e oferecer um russellianismo mais forte capaz de responder às dificuldades que o neo-russellianismo levanta.

**Palavras-chave:** Russell; Neo-russellianismo; Crença; Relação de Múltipla Aridade; Relação Dual.

**Abstract:** In this paper I defend the russellian theory of belief as a multiple relation, forward the theory of belief as dual relation, maintained by the neo-russellians, in the treatment of sentences in the context of belief. To do this, I try to present solutions that Russell and neo-russellians, respectively, provide for the issue of replacement *salva veritate* of co-referential terms in sentences of belief. I highlight some difficulties that the neo-russellians not seem to account for considering the belief dual relation, that is, a relation between the subject and a proposition, but also propose the acceptance of certain advantages they offer to the approach of this problem. And keep the idea that it is possible turn the theory of belief Russell as indeed some are already doing, and offer a russellianism stronger responding to the difficulties that the neo-russellianism raises.

**Keywords:** Russell; Neo-russellianism; Belief; Multiple Relation; Dual Relation.

### Introdução

O Princípio de Substituição *Salva Veritate* afirma que, se um objeto denominado por “a” é idêntico ao objeto denominado por

---

<sup>1</sup> Doutorando em Filosofia pela UFRJ. Atualmente, é Coordenador de curso e Professor de filosofia na UNICAP.

“b”, então, dada uma sentença com determinado valor de verdade, a substituição nela do termo “a” pelo termo “b” resulta numa sentença com o mesmo valor de verdade. Por exemplo:

(1) Aristóteles foi o mestre de Alexandre Magno.

A sentença (1) é verdadeira. Mas, como se sabe, Aristóteles também foi o autor da *Metafísica*. Então, de acordo com o Princípio da Substituição *Salva Veritate* (doravante “Princípio SSV”), se substituirmos o termo “Aristóteles” pelo termo “o autor da *Metafísica*” em (1), teremos uma nova sentença (2) com o mesmo valor de verdade:

(2) O autor da *Metafísica* foi o mestre de Alexandre Magno.

De fato, (2) também é verdadeira. Um problema que tem atraído a atenção de muitos filósofos desde o final do século XIX mostra que, pelo menos à primeira vista, o Princípio SSV não funciona nas sentenças em contexto de crença. Tal problema foi levantado por Gottlob Frege (1848-1925), no texto *Sinn und Bedeutung* (1892). Depois dele, quem deu considerável atenção ao problema da substituição *salva veritate* (doravante “Problema SSV”), e também ofereceu uma excelente solução para ele, foi Bertrand Russell (1872-1970). Contudo, os neo-russellianos tentaram ir além de Russell e também ofereceram outras soluções para o Problema SSV. Essas, apesar de se apoiarem em alguns pontos do pensamento de Russell, rejeitam seu modo de considerar a relação de crença.

### 1. O Problema SSV e a solução russelliana

O Problema SSV ocorre com termos correferenciais no interior de uma sentença que está em contexto de crença. Se substituirmos, numa sentença, um termo por outro que seja correferente, teremos uma nova sentença com o mesmo valor de verdade, como vimos acima nas sentenças (1) e (2). Mas, se a sentença estiver num escopo de crença, as opiniões se dividem. Alguns acham que o valor de verdade é preservado; outros acham que não. Para ilustrar isto, imaginemos uma situação onde Alberto conhece um pouco de história e sabe que Aristóteles foi o mestre de

Alexandre Magno, mas não sabe que Aristóteles foi o autor da *Metafísica*. Desse modo, consideremos as seguintes sentenças:

- (3) Alberto acredita que Aristóteles foi o mestre de Alexandre Magno.
- (4) Alberto acredita que o autor da *Metafísica* foi o mestre de Alexandre Magno.

Podemos ver que a sentença (3) é verdadeira. Mas, ao substituirmos em (3) o termo “Aristóteles” pelo termo correferencial “o autor da *Metafísica*”, chegamos a uma nova sentença (4) onde, intuitivamente, parece que não foi preservado o valor de verdade, pois Alberto não acredita que o termo “o autor da *Metafísica*” denomina Aristóteles. Será que nossa intuição está correta em afirmar que (3) é verdadeira e (4) é falsa?

A resposta que Russell e os neo-russellianos oferecem a essa questão é conflitante. Russell sustenta que (3) é verdadeira e (4) é falsa. Uma parte dos neo-russellianos sustenta que (3) e (4) são verdadeiras, e outra parte sustenta que (3) é verdadeira e (4) é falsa no contexto em que foram apresentadas, mas que podem não ser noutro contexto. Vamos entender as razões deles para cada uma dessas posições. Dedicaremos esta seção e suas subseções à posição de Russell; e as seções seguintes, com suas respectivas subseções, às posições dos neo-russellianos. Começaremos apresentando, ainda que sucintamente, a concepção russelliana de *acquaintance* e a sua teoria da crença como relação de aridade múltipla.

### **1.1. *Conhecimento by acquaintance***

Nos textos *On Denoting* (1905) e *Knowledge by Acquaintance and Knowledge by Descriptions* (1910), Russell apresenta o conhecimento por *acquaintance* como um tipo de conhecimento direto, imediato, que podemos ter dos objetos.<sup>2</sup> E, se podemos ter essa relação direta, também podemos pensar diretamente os objetos, sem precisar da mediação do sentido, como sustentava Frege. Uma importante consequência disto é que

---

<sup>2</sup> Na verdade, de acordo com Russell, não podemos ter conhecimento direto de objetos concretos como, por exemplo, esta mesa, mas apenas dos *sense data* que compõem nossa percepção desta mesa. Essa particularidade, contudo, não será importante na nossa discussão aqui.

podemos formar proposições singulares, isto é, proposições que contêm os próprios objetos como constituintes. Desse modo, a proposição expressa pela sentença “Dilma é uma grande mulher” tem como constituintes a pessoa de Dilma e a propriedade “ser uma grande mulher”. As proposições singulares são também chamadas “proposições russellianas”.

O conhecimento por *acquaintance* distingue-se do conhecimento por *descrição*. Por *acquaintance* podemos conhecer aquilo com que temos relação direta, e por *descrição* podemos conhecer aquilo com o qual não temos relação direta. Para ilustrar isto, suponhamos a seguinte situação: eu vejo um objeto e digo para mim mesmo “esta maçã é verde”. Segundo Russell, em tal situação, eu estou em relação por *acquaintance* com a maçã que está diante de mim e com o universal “verde” que está nela. Se, momentos depois, eu conto essa experiência para um amigo, ele toma conhecimento desse fato através das minhas palavras e adquire um conhecimento por *descrição* do fato que lhe contei. Assim, ao falar desse fato, ele vai falar indiretamente, pois o seu conhecimento de que eu vi aquela maçã diante de mim é por *descrição* e não por *acquaintance*.

### **1.2. Teoria da crença como relação de múltipla aridade**

Russell rejeita tacitamente que a relação de crença seja uma relação dual. Para ele, se a crença fosse uma relação dual entre um sujeito e uma proposição, teríamos que considerar a proposição como um objeto simples, com o qual o sujeito está em relação. Mas uma proposição não é um objeto simples. Uma proposição é uma entidade complexa, formada por várias partes. Para ele, então, a crença é uma relação de aridade múltipla que relaciona o sujeito com os objetos que formam o conteúdo proposicional.

De acordo com a teoria russelliana, na proposição expressa por “Otelo acredita que Desdêmona ama Cássio” não temos uma relação dual entre Otelo e a proposição “Desdêmona ama Cássio”. A proposição “Otelo acredita que Desdêmona ama Cássio” expressa, na verdade, uma relação *quaternária*. Uma relação “acreditar”, que tem como seus *relata*: “Otelo”, “a relação amar”, “Desdêmona” e “Cássio”. E assim, insiste Russell, a relação de crença sempre terá como seus *relata* mais de um constituinte proposicional, nunca um constituinte só. Ela será sempre uma

relação de  $n$ -lugares, onde  $n$  varia de acordo com o número de constituintes da proposição na qual se crê (se a proposição tem  $n$  constituintes, a crença será uma relação de aridade  $n+1$ ). Para Russell, portanto, considerar a crença como uma relação de  $n$ -lugares implica sempre um complexo de constituintes relacionados a um sujeito e é fundamental para entender o Problema SSV. Pois, a relação do sujeito com cada constituinte da proposição tem a sua informatividade, e é preciso levar em conta a contribuição que a relação do sujeito com cada constituinte oferece para o significado e o valor de verdade da proposição.

### ***1.3. Aplicando a solução russelliana***

Agora estamos em boas condições para apreciar a resposta de Russell à pergunta sobre o valor de verdade de (3) e (4). Primeiramente, precisamos identificar todos os constituintes das proposições que essas sentenças expressam e, depois, examinar qual a relação existente entre o sujeito e cada um deles. Retomemos, pois, as sentenças

(3) Aberto acredita que Aristóteles foi o mestre de Alexandre Magno

(4) Alberto acredita que o autor da *Metafísica* foi o mestre de Alexandre Magno.

Segundo Russell, o Princípio SSV não falha nestas sentenças. O que ocorre é que os constituintes da proposição expressa em (3) são diferentes dos constituintes da proposição expressa em (4). Se reescrevermos as duas sentenças em suas verdadeiras formas lógicas, ultrapassaremos a sua roupagem gramatical e poderemos visualizar isto claramente. A sentença (3), então, mostra sua estrutura em (3’):

(3’) Acreditar [Alberto, ser mestre de, Aristóteles, Alexandre Magno]

Aqui temos que os constituintes da proposição são “Alberto”, “a relação ser mestre de”, “Aristóteles” e “Alexandre Magno”. E a relação de crença está relacionando Alberto com cada um deles. Agora, se fizermos a mesma análise com a sentença (4)

chegaremos, igualmente, a seus constituintes proposicionais, como mostra (4’):

(4’) Acreditar [Alberto, ser mestre de, o autor da *Metafísica*, Alexandre Magno]

Aqui temos como constituintes da proposição: “Alberto”, “a relação ser mestre de”, “o autor da *Metafísica*” e “Alexandre Magno”. E podemos ver que os constituintes, nas duas sentenças completamente analisadas, são diferentes. Em (3’) temos “Aristóteles” como constituinte, e em (4’) temos a propriedade (univocamente instanciada) “ser autor da *Metafísica*”. Portanto, se “Aristóteles” e “o autor da *Metafísica*” representam objetos diferentes no interior da proposição, eles não são termos correferentes e, por isso mesmo, não podem ser substituídos *salva veritate*. A solução oferecida por Russell, pois, preserva o Princípio SSV, confirma as intuições de que (3) é verdadeira e (4) falsa e explica por que (4) é falsa. Se analisarmos a relação específica de “Alberto” com cada constituinte proposicional, veremos que “Aristóteles” refere Aristóteles e Alberto sabe disto. Mas, “ser autor da *Metafísica*” denota uma propriedade e Alberto não sabe quem instancia essa propriedade.

## 2. As soluções neo-russellianas do Problema SSV

A solução de Russell para o Problema SSV despertou simpatias e divergências entre seus seguidores, frequentemente chamados de neo-russellianos. Os neo-russellianos são defensores da referência direta. Eles mantêm a ideia de conhecimento por *acquaintance*, mas rejeitam a teoria da relação de múltipla aridade. Alguns voltam a concordar com Frege no tocante à relação de crença e passam a considerá-la uma relação dual entre o sujeito e a proposição. Outros sustentam que a crença é uma relação ternária, que envolve o sujeito, a proposição e o modo de apresentação dos objetos. Todos eles, porém, têm em comum a ideia de que a proposição com a qual o sujeito se relaciona é uma proposição russelliana, isto é, que tem os próprios objetos como constituintes.

Em linhas gerais, o neo-russellianismo pode ser visto como formado por dois grandes grupos: o russellianismo ingênuo e o russellianismo contextualista. Vamos considerar suas propostas de solução para o Problema SSV nas próximas subseções, e depois

tentaremos confrontá-las com a posição de Russell.

## **2.1. A solução do Problema SSV para o russellianismo ingênuo**

O russellianismo ingênuo, segundo David Braun (1998), às vezes, é também chamado de “millianismo” ou “teoria da referência direta”. Para esses pensadores, se duas sentenças em contexto de crença diferem apenas por conter nomes correferentes, então elas expressam a mesma “proposição russelliana” e têm o mesmo valor de verdade. Por isso, devemos dizer que a sentença (4) é verdadeira, dado que (3) é verdadeira e as duas expressam a mesma proposição.

De acordo com eles, quem afirma que (3) é verdadeira e (4) é falsa não distingue corretamente o que as duas sentenças expressam semanticamente daquilo que elas levam consigo pragmaticamente. Pois, em si mesmas, elas não diferem no valor de verdade; elas apenas contêm implicações pragmáticas diferentes.

Não devemos deixar de perceber, contudo, que, apesar de essas características comuns que foram apontadas, “russellianismo ingênuo” é um padrão de classificação muito geral. Apenas um rótulo, por trás do qual temos grandes filósofos como, por exemplo, Nathan Salmon, Scott Soames, David Braun, G. Fitch, George Bearler e Michael Nelson. Por isso, é preciso notar que, por trás desse rótulo, há muitas contribuições específicas que precisam ser levadas em conta, se não agora, dado os limites deste texto, na continuidade da pesquisa. Considerando isso, vejamos algumas de suas principais teorias.

### **2.1.1. A teoria pragmática**

Em *Reflections on Reflexivity* (1992), Nathan Salmon sustenta que cada sentença codifica uma determinada informação. A informação codificada é o conteúdo informativo da sentença. Já os componentes sintáticos de uma sentença são correlacionados com os componentes do conteúdo informativo da sentença. Os componentes do valor informativo da sentença formam o que ele denomina de “valor informacional” de cada componente sintático da sentença. Assim, o valor informacional de um termo é aquilo com que ele contribui para o conteúdo informativo da sentença na qual ele ocorre. Salmon também chama o conteúdo informativo de uma sentença de “proposição”.

Desse modo, o conteúdo informativo de uma sentença é

refletido na sua estrutura sintática como num espelho. Duas sentenças S1 e S2 podem codificar a mesma proposição. Neste caso, todo termo singular *ti* em S1 é correferencial com *ti* em S2. E como a proposição codificada é uma “proposição russelliana”, seus termos designativos têm referencia direta; mesmo estando em contexto de crença, elas expressam a mesma proposição. Para ele, portanto, os termos correferenciais são intersubstituíveis *salva veritate* em contexto de crença, ainda que o falante competente muitas vezes não compreenda que eles representam o mesmo conteúdo.

No texto *Frege's Puzzle* de (1986), Salmon invoca a noção “implicatura conversacional”, de Grice (1975), para mostrar que a crença de um indivíduo sempre envolve implicações de caráter pragmático. Numa sentença de crença, normalmente, um falante asseire mais coisas do que o conteúdo semântico das palavras. Por isso, é um erro identificar o conteúdo de uma sentença com o que é dito pelo falante. Precisamos distinguir as implicações pragmáticas dos aspectos propriamente semânticos. Para Salmon, portanto, as sentenças (3) e (4) são verdadeiras. E, como a crença é uma relação dual entre Alberto e a proposição expressa pelas duas sentenças, afirmar que (4) é falsa seria compreender a sentença (4) como se ela dissesse: “é falsa a sentença ‘Alberto acredita que o autor da *Metafísica* foi o mestre de Alexandre Magno’ porque Alberto não sabe que ‘o autor da *Metafísica*’ refere Aristóteles”. Mas isto não diz o que realmente é o conteúdo de (4).

### 2.1.2. *A teoria da álgebra intensional*

Um defensor das implicações pragmáticas, mas que segue um caminho bem diferente de Salmon, é George Bealer. No texto *A Solution to Frege's Puzzle* (1993), Bealer desenvolve uma lógica intensional, com base na álgebra booleana, que considera a crença como uma relação irreduzível a elementos puramente extensionais. Segundo ele, esse é o ponto chave para a análise correta das sentenças em contexto de crença. Posturas importantes, como a teoria dos mundos possíveis e a teoria da função proposicional, falham exatamente porque tentam reduzir os elementos intensionais a elementos extensionais.

Diferentemente de Russell, Bealer sustenta que a falha na substituição *salva veritate* radica em sutis elementos de intensionalidade, que somente sua álgebra intensional pode captar e



analisar. Para ele, por exemplo, nas sentenças

(3) Alberto acredita que Aristóteles foi o mestre de Alexandre Magno

(4) Alberto acredita que o autor da *Metafísica* foi o mestre de Alexandre Magno

a substituição *salva veritate* falha porque, apesar de tais sentenças expressarem a mesma “proposição russelliana”, elas significam algo diferente. E a *that-clause*, que parece está relacionando duas sentenças que expressam rigorosamente o mesmo conteúdo, está ocultando algumas diferenças intensionais sutis.

Bealer explica sua posição distinguindo o que chama de “modos platônicos” e “modos não platônicos” de apresentação. Os primeiros são entidades por meio das quais os objetos nos são apresentados. Os segundos são construtos sociais compartilhados por toda a comunidade. Estes podem, inclusive, nos proporcionar acesso a figuras históricas como Cícero, Sócrates e Platão, por meio de uma corrente causal de nomes.

Aliado a esse modo não platônico de entender os nomes como um acesso direto aos objetos que eles nomeiam, ele concebe o sentido não como uma função, e sim como uma relação. Uma relação do sentido literal com a prática social e a corrente causal do significado dos termos. Na concepção fregiana o sentido da sentença é concebido como uma função do sentido das expressões primitivas contidas nela. Mas Bealer trata o sentido como uma relação entre uma sentença e seus vários sentidos, a saber, o sentido “enriquecido” com elementos da corrente causal, o sentido envolvido com elementos da prática social do falante, e o sentido dentro dos limites intensionais do sujeito. Contudo, é trabalho da pragmática identificar (se há), dentre esses vários sentidos, qual é o que está sendo significado pelo falante.

Assim, a álgebra intensional revela as sutilezas da corrente causal e da prática social do falante, que nos permitem alcançar o sentido literal da sentença e também entender os aspectos pragmáticos que estiverem envolvidos nele. O sentido literal é um só. O sentido literal das sentenças (3) e (4), por exemplo, é o mesmo e revela que elas denotam o mesmo objeto, a saber, Aristóteles. Mas isso só fica claro quando revelamos os elementos sutis da

intensionalidade que mostram as implicações pragmáticas resultantes da crença de Alberto. Se não separarmos o sentido literal dos elementos intencionais, não entenderemos que a crença é uma relação com o conteúdo literal das sentenças, nem entenderemos os elementos pragmáticos que dão outros sentidos a elas. Estes últimos podem até ser falsos (como a crença de Alberto sobre “o autor da *Metafísica*”), mas não devem ser confundidos com o sentido literal.

### 2.1.3. *A teoria da explicação psicológica*

David Braun, em *Understanding Belief Reports* (1998), reage à via pragmática do russellianismo ingênuo, mas continua sustentando seus postulados centrais. Para ele, o conteúdo de uma sentença no contexto de crença é uma relação binária, mantida entre o sujeito daquela sentença e uma proposição. A expressão *that-clause* de um reporte de crença padrão refere-se à proposição que o sujeito acredita. Assim, se *S* é uma sentença de crença, então o referente da *that-clause* é a proposição que *S* expressa naquele contexto.

Segundo Braun, alguns filósofos acham o russellianismo ingênuo não intuitivo e o rejeitam. Mas eles não se dão conta de que há razões independentes da intuição para pensar que o russellianismo ingênuo está correto. Os argumentos de Kripke, Donnellan e Kaplan, de que nomes e indexicais não têm conteúdo descritivo, por exemplo, permitem sustentar que nomes e indexicais simplesmente referem diretamente e que as proposições onde eles ocorrem como constituintes são proposições singulares. O que permite afirmar que, ao pronunciarem sentenças sincera e competentemente, as pessoas asserem e acreditam em proposições singulares. Contudo, apesar de defender o russellianismo ingênuo, David Braun rejeita a via da pragmática e apresenta uma solução alternativa para o Problema SSV.

De acordo com ele, os críticos do russellianismo ingênuo se baseiam na convicção de que, se dois pronunciamentos expressam a mesma proposição, então, necessariamente um falante racional e competente que entende ambos os pronunciamentos não acredita, ao mesmo tempo, que um é verdadeiro e o outro é falso. Mas há diferentes modos de entender e acreditar numa proposição singular. E, segundo ele, um falante competente e racional pode, sim, acreditar numa proposição em um modo e não acreditar em outro.

Para demonstrar sua posição, ele introduz a expressão “caixa de crenças”. Assim, de acordo com ele, uma pessoa pode ter em sua caixa de crenças:

(1) Aristóteles foi o mestre de Alexandre Magno.

(2) O autor da *Metafísica* foi o mestre de Alexandre Magno.

Tal pessoa teria, então, dois modos de crença sobre o mestre de Alexandre Magno. Mas, no caso que exemplificamos acima, Alberto tem (1) e não tem (2) em sua caixa de crença. Assim, ao ouvir (2) ele poderá olhar em sua caixa de crenças, constatar que não tem (2) e, racionalmente, inserir em sua caixa de crenças:

(2') O autor da *Metafísica* não foi o mestre de Alexandre Magno.

E se ele tem (1) e (2') em sua caixa de crenças, então, ele acredita numa proposição de um modo e acredita em sua negação de outro modo. E se ele tem (1) e (2') em sua caixa de crenças, ele pode perfeitamente pensar que (1) é verdadeira e (2) é falsa. Nesse caso, os dois pronunciamentos expressam a mesma proposição, e Alberto racionalmente entende os dois pronunciamentos e acredita que um é verdadeiro e, ao mesmo tempo, acredita que o outro é falso.

A explicação psicológica, segundo Braun, também pode ser aplicada como resposta às intuições dos críticos do russellianismo ingênuo que dizem que (3) e (4) expressam proposições diferentes. Suponhamos que João entende, de modo competente e racional, (3) e (4). Ele sabe que “Aristóteles” e “o autor da *Metafísica*” referem a mesma pessoa, e sabe também que Alberto desconhece que “o autor da *Metafísica*” refere Aristóteles. Então, ele pensa a respeito de (3) de (4) as seguintes sentenças:

‘Alberto acredita que Aristóteles foi o mestre de Alexandre Magno’ é verdade.

‘Alberto acredita que o autor da *Metafísica* foi o mestre de Alexandre Magno’ é falsa.

Para explicar as crenças de João sobre (3) e (4) é bastante identificar que ele acredita em (3) de um modo, o modo que lhe permite afirmar que (3) é verdadeira. Na base deste modo de crer está a

informação de que Alberto sabe que Aristóteles foi o mestre de Alexandre Magno. E ele acredita em (4) de outro modo, o modo que lhe permite afirmar que (4) é falsa. Na base deste modo de crer está a informação de que Alberto não sabe que o autor da *Metafísica* foi o mestre de Alexandre Magno.

#### 2.1.4. A teoria do *speaker-sense*

A teoria do *speaker-sense* foi elaborada por G. Fitch. Nessa teoria, Fitch rejeita a concepção de crença como relação dual (*two-places*) entre um sujeito e uma proposição. Em *Two Aspects of Belief* (1984), ele sustenta que *acreditar* é uma relação ternária (*three-places*) entre um sujeito, uma proposição e um estado de crença. E só se compreende adequadamente a relação de crença se esses três elementos são distinguidos claramente.

De acordo com Fitch, os falantes de uma linguagem associam um tipo de sentido aos seus usos de nomes próprios que se pode chamar de “sentido do falante” (*speaker-sense*). Chamado assim para indicar que é um sentido relativo ao falante e não o sentido semântico propriamente dito, pois o *speaker-sense* não é parte do sentido semântico dos nomes e não tem influência para determinar sua denotação semântica. Esta é determinada pela via da corrente causal histórica.

O *speaker-sense* é uma perspectiva pessoal do objeto, associada com os nomes, que têm sua denotação determinada pelo processo de nomear. Por isso, sustenta Fitch, o *speaker-sense* pode mudar com respeito a um nome com o passar do tempo. Assim como uma pessoa que acredita pode vir a ter mais crença sobre o objeto denotado por certo nome, também um *speaker-sense* relativo àquele nome pode se tornar mais rico. Ou, ao contrário, se o sujeito passa a acreditar menos no objeto denotado por um nome, o *speaker-sense* relacionado com aquele nome pode se tornar mais pobre.

Também não é necessário ao sujeito de um *speaker-sense* relativo a um nome estar presente na introdução daquele nome. Imaginemos uma situação relacionada com o caso das sentenças (3) e (4), onde Alberto ouve pela primeira vez a sentença “o autor da *Metafísica* foi o mestre de Alexandre Magno”. É plausível pensar que ele tenha prontamente associado um sentido ao termo “o autor da *Metafísica*”, talvez um sentido indefinido como “um homem que

escreveu a *Metafísica*". Talvez ainda Alberto pedisse informação sobre "o autor da *Metafísica*" à pessoa que lhe comunicou a sentença e, dependendo de Alberto acreditar ou não na informação que lhe for apresentada, seu *speaker-sense* relativo a "o autor da *Metafísica*" se tornará mais rico ou mais pobre.

Outra característica do *speaker-sense* é que um dado falante pode associar diferentes "sentidos" com nomes que denotam o mesmo objeto. Então, mesmo que "Aristóteles" e "o autor da *Metafísica*" sejam termos que denotem o mesmo objeto, é possível haver diferentes *speaker-senses* associados com cada um deles. E duas sentenças coextensionais, com termos co-referentes, podem ter detalhes diferentes nos *speaker-senses*. Isto faz com que elas tenham o mesmo valor de verdade, mesmo que por detalhe de algum *speaker-sense* uma delas seja falsa na crença de um sujeito.

Essas características do *speaker-sense*, juntamente com a distinção entre estado de crença e o objeto da crença de Alberto, explicam as dificuldades com a substituição *salva veritate* em (3) e (4). Alberto associa um *speaker-sense* a "Aristóteles", e outro a "o autor da *Metafísica*"; ele acredita que *Aristóteles* foi o mestre de Alexandre Magno e não acredita que *o autor da Metafísica* foi o mestre de Alexandre Magno. Há uma diferença no *speaker-sense* que corresponde a uma diferença no seu estado cognitivo ou modo de pensar o objeto. O seu *speaker-sense* do nome "Aristóteles" caracteriza o seu estado de crença com respeito à proposição "Aristóteles foi o mestre de Alexandre Magno", e o seu *speaker-sense* do termo "o autor da *Metafísica*" (termo desconhecido para ele) caracteriza o seu estado de crença para com a proposição "o autor da *Metafísica* foi o mestre de Alexandre Magno".

Fechemos aqui nossa apreciação do russellianismo ingênuo. É possível perceber que eles, diferentemente de Russell, sustentam que as sentenças (3) e (4) são verdadeiras, ou seja, a nossa intuição de que (4) é falsa estava errada. Para justificar suas posições, eles mantêm que o Princípio SSV não falha em contexto de crença porque os termos permanecem correferentes e a crença é uma relação dual cujo eixo central é uma relação do sujeito com uma "proposição russelliana". Feitas essas observações, deixemos para extrair alguma consequência dessa divergência de posições na última seção. Olhemos agora o grupo dos que defendem uma posição contextualista.

## 2.2. *A solução do Problema SSV para o russellianismo contextualista*

Os contextualistas aceitam as intuições de que (3) é verdadeira e (4) é falsa no contexto em que foram apresentadas, mas rejeitam que, naquele contexto, os termos que consideramos correferentes sejam intersubstituíveis *salva veritate*. Para eles, é correto dizer, como fazem os russellianos ingênuos, que nossas intuições não são totalmente confiáveis, mas é um erro ignorá-las totalmente, pois elas estão certas muitas vezes. O que deve ser levado em conta é o contexto. Nas duas subseções seguintes, vamos examinar duas maneiras diferentes de considerar a influência do contexto no valor de verdade das sentenças de crença.

### 2.2.1. *A teoria dos constituintes inarticulados*

No texto *The Prince and the Phone Booth: Reporting Puzzling Beliefs* Crimmins e Perry desenvolvem uma metafísica da crença muito interessante que nos ajuda a ver o Problema SSV sob um ângulo novo. Segundo eles, as crenças são estruturas complexas, por um lado, relacionadas com o sujeito e suas estruturas cognitivas e, por outro lado, relacionadas com o mundo. Mas, apesar de serem estruturas complexas, podemos classificá-las pelo conteúdo proposicional.

Para eles, a crença é uma relação básica que liga um sujeito, uma crença determinada e um tempo, que pode ser expressa como  $B(a, b, t)$ , onde  $b$  é uma crença concreta que pertence ao sujeito  $a$  no tempo  $t$ . A relação de crença, portanto, depende do sujeito, da crença concreta que este sujeito sustenta, e do tempo em que ele sustenta tal crença. Tendo presente esses elementos, que não são nada simples, devemos também identificar o conteúdo da crença.

De acordo com Crimmins e Perry, normalmente a crença tem um conteúdo proposicional que é uma função parcial expressa por *Content* ( $b, t$ ), onde a crença  $b$  existe no tempo  $t$  e produz o conteúdo de  $b$ . Desse modo, o conteúdo de uma crença será determinado, por um lado, pelas propriedades estruturais “internas” da crença  $b$ , que envolve também as habilidades e estruturas cognitivas do sujeito na estruturação interna daquilo que ele acredita num determinado tempo e, por outro lado, pelas reais conexões com as coisas e circunstâncias do mundo no tempo determinado  $t$  em que

a crença acontece. Por isso, os dois autores consideram a crença como algo que pertence a contextos sensíveis. Contextos onde os seus conteúdos mudam de acordo com as circunstâncias do sujeito e do mundo.

O papel do contexto sensível também envolve o que eles entendem por *noção*. Segundo eles, *noções* são coisas na mente que estão por coisas do mundo. Uma *noção* é parte de uma coleção de crenças que temos sobre um objeto. Agora, um sujeito pode ter duas *noções* sobre o mesmo objeto de dois modos: por falhar em reconhecer que o objeto é o mesmo, sem relacionar que as duas *noções* referem o mesmo objeto, e por ter adquirido as duas *noções* por *acquaintance* com o mesmo objeto. Neste caso, se o sujeito adquiriu duas *noções* de um mesmo objeto por *acquaintance*, elas são ligadas ao mesmo objeto e também são ligadas entre si, isto é, o sujeito identifica que elas se referem ao mesmo objeto. Assim, alguém que por *acquaintance* adquiriu a *noção* de “Aristóteles” e a *noção* de “o autor da *Metafísica*” como referindo Aristóteles, terá essas duas *noções* interligadas entre si e ligadas ao mesmo objeto, além de tê-las como parte de suas crenças sobre Aristóteles.

Crimmins e Perry também defendem que algumas vezes dentro de um conteúdo reportado por uma crença pode haver *noções* que são constituintes inarticulados, que incidem sobre o modo como o sujeito acredita. Um constituinte inarticulado é um constituinte proposicional que não é explicitamente mencionado. Às vezes ele fica implícito, no contexto da sentença, às vezes ele fica “frouxo” na estrutura da sentença, precisando da ajuda do contexto para ajustá-lo. Ao contrário de um constituinte articulado que é declarado de modo bem preciso na proposição. Quando eu digo, por exemplo, “Aristóteles foi o mestre de Alexandre Magno”, eu estou usando o nome “Aristóteles” para referir Aristóteles. Nessa sentença Aristóteles é o conteúdo do pronunciamento de “Aristóteles”. Isto é o que Crimmins e Perry consideram um constituinte articulado.

Os constituintes inarticulados, por sua vez, aparecem quando nós consideramos as condições sob as quais um pronunciamento é verdadeiro. Nós chegamos a essas condições, segundo eles, na proposição que têm mais constituintes do que pode ser encontrado na sentença que a expressa. Cada constituinte do conteúdo que não é ele mesmo o conteúdo de alguma expressão na sentença é um constituinte inarticulado do conteúdo da declaração. Se meu amigo

me pergunta pelo telefone, por exemplo, como vai a situação por aqui e eu respondo “aqui está chovendo muito”, ele não pensará que está chovendo exatamente “aqui”, exatamente no lugar onde eu me encontro, e sim no bairro ou na cidade onde estou. E talvez não pense que “está” chovendo apenas no momento em que estou falando, mas durante o dia todo ou até mesmo nos últimos dias, mas esses elementos são fornecidos pelo contexto, não pelas expressões da sentença.

Agora podemos visualizar como, segundo Crimmins e Perry, o caso das sentenças (3) e (4) pode ser entendido. Na ótica deles, ao substituímos “Aristóteles” em (3) por “o autor da *Metafísica*”, as palavras mudam enquanto a proposição no contexto de crença permanece a mesma. Se tomarmos a crença apenas como uma relação com a proposição e não com as palavras, a substituição ficará muito enigmática porque parece que nada mudou e, no entanto, (4) é falsa. Isso porque aquela situação mostra claramente que Alberto está envolvido com as *noções* “Aristóteles” e “o autor da *Metafísica*” de modos diferentes. A *noção* “Aristóteles” está associada à sua crença sobre o fato de que Aristóteles foi o mestre de Alexandre Magno. Mas a *noção* “o autor da *Metafísica*” é desconhecida para ele e, por isso, não pode associá-la à sua crença de que Aristóteles foi o mestre de Alexandre Magno.

Ainda podemos ver o problema das sentenças (3) e (4) sob a ótica dos constituintes inarticulados. Na sentença (3), os constituintes estão bem articulados. “Aristóteles” refere Aristóteles, e Alberto tem essa *noção* em sua mente. Já na sentença (4), o termo “o autor da *Metafísica*” aponta para um constituinte inarticulado. A quem refere mesmo “o autor da *Metafísica*”? Segundo Crimmins e Perry, o contexto supre essas situações onde ocorrem constituintes inarticulados. Desse modo, para alguém que conhece bem a história de Aristóteles e de Alexandre Magno não haverá dificuldade em “situar” a expressão “o autor da *Metafísica*” como se referindo a Aristóteles. Mas Alberto não dispõe desse conhecimento e, portanto, naquele contexto em que ele está envolvido, (4) é falsa.

O apelo a constituintes inarticulados continua um debate vivo no meio filosófico. Em seu *Attitudes in Context* (1993), Mark Richard reage ao apelo a “constituintes inarticulados”, reivindicando que a suplementação contextual do que é dito deve ser feita com base em algum elemento sintático, pois a informação



semântica codificada por um pronunciamento dever ter a mesma estrutura que a forma sintática da sentença pronunciada. É o chamado “princípio da limitação linguística”. Já Janson Stanley, em *Context and Logical Form* (2000) e *Making it Articulated* (2002), também argumenta em favor desta restrição. Mas Recanati, em *Unarticulated Constituents* (2002), oferece de novo uma boa justificativa para os constituintes inarticulados e uma consideração mais aprofundada da posição de Crimmins e Perry.

### 2.2.2. A teoria das Russellian Annotated Matrices (RAMs)

Para terminar esta incursão no neo russellianismo, consideremos o ponto de vista de Mark Richard. Nos textos *Propositional Attitudes* (1990) e *Attitudes in Context* (1993), ele ofereceu uma análise semântica que também considera as sentenças de crença como contexto delicado. No contexto assim determinado, afirma ele, as sentenças expressam as *Russellian annotated matrices* (RAMs). As RAMs são pares formados por expressões linguísticas e suas interpretações russellianas. Vamos ilustrar como sua teoria funciona com um exemplo. De tanto observar, Hamurabi percebe que Vênus é o planeta que brilha ao amanhecer e passa a chamá-lo de *Phosphorus*. Mas ele não sabe que alguns de seus amigos também percebem que Vênus aparece ao anoitecer e o chamam de *Hesperus*. Agora consideremos:

- (6) Hamurabi acredita que *Phosphorus* é um planeta.
- (7) Hamurabi acredita que *Hesperus* é um planeta.

No contexto apresentado, (6) é verdadeira e (7) é falsa, porque Hamurabi acredita na proposição expressa pela sentença (6), mas não acredita na proposição expressa pela sentença (7). Para mostrar o que está acontecendo nesse caso, Richard traduz tais sentenças em RAMs que permitem distinguir a matriz de cada termo componente do valor de verdade das duas crenças. Assim, as “proposições russellianas” expressas em (6) e (7) ficam:

- (6) *Phosphorus* é um planeta.  
<<“é um planeta”, ser um planeta >, <“*Phosphorus*”, *Phosphorus*>>
- (7) *Hesperus* é um planeta.

<< “é um planeta”, ser um planeta>, <“*Hesperus*”, *Phosphorus*>>.

Agora, de acordo com Richard, uma *RAM* pode representar outra *RAM* se houver correlações apropriadas. Uma correlação é uma função que mapeia anotações para anotações e revela se elas preservam a referência. Por exemplo, uma correlação mapearia <“*Phosphorus*”, Vênus> para <“*Hesperus*”, Vênus> mostrando que há correlação entre as duas *RAMs*, porque elas têm a mesma referência; mas, se mapeasse <“*Phosphorus*”, Vênus> para <“*Hesperus*”, Mercúrio>, não obteria êxito em revelar que elas preservam a referência. De igual modo, se aplicarmos a função de correlação às “proposições russellianas” expressas pelas sentenças (6) e (7), já explicitadas acima, veremos que:

*RAM6*: <<“é um planeta”, ser um planeta >, <“*Phosphorus*”, *Phosphorus* >>

*RAM7*: << “é um planeta”, ser um planeta>, <“*Hesperus*”, *Phosphorus*>>

Então, a *RAM7* representaria a *RAM6* numa determinada correlação *f* se, e somente se, em *f* todas as anotações da *RAM6* fossem mapeadas para sua imagem na *RAM7*. Como isso não acontece no caso da crença de Hamurabi, pois uma anotação da *RAM6* <“*Phosphorus*”, *Phosphorus* >, não encontra correspondência nas anotações da *RAM7*, fica explicado porque (7) é falsa naquele contexto. A anotação <“*Hesperus*”, *Phosphorus*> de *RAM7* é desconhecida por Hamurabi.

É importante notar, então, que Richard trata crença como um indexical: se uma atribuição de crença será verdadeira ou não dependerá do contexto no qual é pronunciada. Diferentes contextos podem apresentar diferentes restrições de força sobre as correlações. Uma restrição sobre uma correlação é uma função tríplice que consiste de um sujeito da atitude de crença *S*, uma anotação *A* e um o conjunto das anotações *K* com os mesmo conteúdos de *A*. Por exemplo, um contexto poderia apresentar a restrição de que a anotação “*Hesperus*” só pode ser mapeada sobre outra anotação contendo “*Hesperus*”; outro contexto poderia apresentar uma restrição que permite uma anotação contendo “*Hesperus*” ser

mapeada sobre outra anotação contendo “*Phosphorus*”. Assim, temos as seguintes condições de verdade para atribuições de crença:

“*A* acredita que *S*” é verdadeira no contexto *C* apenas se a *RAM* de *S* representa a *RAM* no sistema representacional de *A* por meio de uma correlação que é permitida pelas restrições em *C*.

Desse modo, assim como (7) foi falsa no contexto apresentado acima, (7) poderia ser verdadeira em outro contexto como, por exemplo, onde Hamurabi encontra um amigo que lhe explica que o planeta que chamam de “*Hesperus*” é o mesmo que ele chama de “*Phosphorus*”. O cenário conversacional, pois, é o que gera atribuições sobre o contexto e sobre as sentenças que são formadas pelas representações do sujeito da crença.

Para concluir esta subseção, apliquemos o esquema de Richard ao nosso exemplo central relativo a Alberto que, por sinal, tem algumas semelhanças com o caso de Hamurabi. De acordo com Richard, poderíamos explicitar os pares de anotações que representam as “proposições russellianas” contidas em (3) e (4) do seguinte modo:

*RAM3*: <<“mestre de Alexandre Magno”, ser mestre de Alexandre Magno>, <“Aristóteles”, Aristóteles>>.

*RAM4*: <<“mestre de Alexandre Magno”, ser mestre de Alexandre Magno>, <“autor da *Metafísica*”, autor da *Metafísica*>>.

Então, segundo Richard, a *RAM4* só representaria a *RAM3* se, dentro da correlação e restrições de força do contexto, todas as anotações da *RAM3* fossem mapeadas para sua imagem na *RAM4*. Mas isto não acontece porque uma das anotações da *RAM4* é desconhecida por Alberto. O que também explica porque a sentença (4) é falsa.

Encerramos, então, nossa consideração do russellianismo contextualista, destacando sua posição diante das nossas intuições sobre o valor de verdade de (3) e (4). Segundo seus defensores, a sentença (3) é verdadeira e a sentença (4) é falsa, no contexto em que foram apresentadas. Mas podem ter outros valores de verdade noutra contexto. Contudo, eles também se distanciam de Russell na

maneira de considerar a relação de crença e se aproximam dos russellianos ingênuos ao tratarem a crença como uma relação entre o sujeito e uma “proposição russelliana”. E agora podemos perguntar: que dificuldades e vantagens podemos extrair tanto da posição dos ingênuos quanto da posição dos contextualistas sobre o modo como consideram o valor de verdade de (3) e (4)? É o que veremos na seção seguinte.

### **3. Contribuições e desafios do neo-russellianismo**

Pelo que vimos, parece possível dizer que o neo-russellianismo, em suas duas formas mais gerais, abre novos ângulos de visão para o Problema SSV. Nosso interesse aqui não é avaliar detalhadamente toda sua contribuição, e sim confrontar suas posições sobre o valor de verdade das sentenças (3) e (4), com suas respectivas justificativas, e a posição de Russell sobre o mesmo assunto. E já vimos como tais posições divergem. Agora vamos considerar um pouco melhor as dificuldades e vantagens que suas posições oferecem para uma consideração mais atualizada do Problema SSV.

#### ***3.1. Dificuldades e vantagens com o russellianismo ingênuo***

Pelo que vimos, o russellianismo ingênuo sustenta que sentenças do tipo de (3) e (4) expressam a mesma proposição e, por isso, são verdadeiras. Para justificar essa posição, seus defensores mantêm que o contexto de crença é transparente e que o Princípio SSV não falha porque, mesmo em contexto de crença, os termos permanecem correferenciais. Além do mais, eles mantêm a posição fregiana de que a crença é uma relação entre o sujeito e a proposição. Ora, isso levanta, pelo menos, duas grandes dificuldades.

A primeira delas é como explicar que haja alguma diferença cognitiva entre (3) e (4) se levarmos em conta que as duas sentenças expressam a mesma proposição. E a intuição nos diz que há alguma diferença cognitiva entre elas. Pois, se as duas sentenças expressam o mesmo conteúdo, o seu valor informativo fica comprometido e elas meramente repetem uma à outra. E a segunda dificuldade diz respeito ao apelo às implicações pragmáticas. Não parecem claros os princípios pragmáticos que o russellianismo ingênuo usa para afirmar que é errado dizer que (3) é verdadeira e (4) é falsa.

A teoria de Grice, que parece ser a base de sua pragmática, não parece útil para o caso que aqueles pensadores reivindicam. Informações sobre o modo como o crente acredita não podem ser transportadas como implicatura conversacional, nos moldes da teoria de Grice, como por exemplo, quando alguém diz: “você pode me passar o sal?”, e a outra pessoa prontamente lhe entrega o recipiente com o sal. Segundo Grice, aqui houve uma implicatura conversacional que pode ser calculada. E pode ser calculada porque esta expressão já tem um uso passado, padronizado, mostrando que e como funciona. Na verdade, a expressão literalmente está dizendo: “você tem a habilidade para me passar o sal?”, mas o uso não literal a tornou conectada com o outro sentido pela repetição. É duvidoso, porém, que as sentenças de crença ofereçam condições necessárias para serem tratadas como implicatura conversacional.

Se o russellianismo ingênuo, por um lado, revela tais dificuldades, por outro, ele oferece uma vantagem. Ele destaca a existência de elementos sutis relativos ao falante que precisam ser capturados e explicitados, a fim de podermos entender adequadamente as sentenças de crença. Tais como os ‘elementos pragmáticos’ apresentados por Salmon, as ‘sutilezas intensionais’ de Bealer, as ‘noções’ de David Braun e o ‘speaker-sense’ de Fitch. E esses elementos sutis relacionados ao falante, no nosso entender, podem ser levados em conta pela teoria de Russell. A sua teoria da crença como relação de aridade múltipla permite identificar os constituintes da proposição e examiná-los com segurança. E esses elementos destacados pelos ingênuos podem enriquecer sua teoria e ajudar a tratar com mais detalhe a relação por *acquaintance* que o sujeito mantém com cada constituinte.

### **3.2. Dificuldades e vantagens com o russellianismo contextualista**

O russellianismo contextualista também apresenta dificuldades. A teoria de Crimmins e Perry, por exemplo, levanta sérias dificuldades com o apelo a constituintes que são inarticulados na sentença, mas que podem ser contextualmente determinados. De fato, como determinar o contexto a fim de que ele possa suprir de fato esses constituintes? Parece grande o risco de se construir contextos que justifiquem o valor de verdade ao invés de identificá-lo com segurança. Além disso, dificuldade ainda mais séria, tratar a crença como uma relação do sujeito com uma “proposição

russelliana” esbarra na dificuldade de explicar a crença no caso da sentença não expressar nenhuma “proposição russelliana”.

Esta segunda dificuldade também atinge de cheio o contextualismo de Mark Richard. Se as *RAMs* pressupõem que o conteúdo da crença é sempre uma “proposição russelliana”, o que fazer nos casos em que não há uma “proposição russelliana” como, por exemplo, na sentença “Pedro acredita que Moisés libertou os Israelitas”? Onde é discutível se o termo “Moisés” designa alguém que de fato tenha existido.

Mas o russellianismo contextualismo também oferece vantagens. Ele insere o papel do contexto, e mostra que o contexto externo é imprescindível na análise das sentenças de crença. Mostra também que, ao inserirmos o contexto externo, nos deparamos com novos elementos que estão envolvidos no significado dos termos e no valor de verdade das sentenças que precisam ser levados em conta na compreensão das sentenças de crença. Elementos como os que são apontados por Crimmins e Perry, as *noções*, o modo de crer de cada sujeito e os constituintes inarticulados, bem como as correlações de forças para o mapeamento das *RAMs* em cada contexto, que são apontadas por Richard. E a teoria da crença como relação de aridade múltipla também pode acolher essas contribuições do russellianismo contextualista para enriquecer sua análise das bases contextuais da relação do sujeito com os constituintes proposicionais. E a teoria da crença como relação de múltipla aridade ainda tem a vantagem de oferecer uma saída para o caso das sentenças que não expressam uma proposição russelliana.

### **Conclusão: possibilidade de um russellianismo mais ortodoxo**

O caminho que percorremos nos permite ver que o distanciamento dos neo-russellianos em relação a Russell deve-se, em grande parte, à mudança na concepção da relação de crença que eles adotam. Para eles, é fundamental considerar a crença uma relação do sujeito com a proposição a fim de sustentarem que (3) e (4) são verdadeiras. Mas as dificuldades apontadas acima mostram que essa estratégia esbarra em dificuldades que a teoria de Russell é capaz de superar, e sugerem uma retomada desta, acolhendo os ganhos que o neo-russellianismo oferece. Noutras palavras: elas sugerem um russellianismo mais ortodoxo e capaz de levar em

conta os ganhos mencionados.

Sustentar que a teoria da crença como relação de múltipla aridade ainda é viável não é uma posição isolada, pois pensadores consideráveis estão trabalhando nessa direção. O texto de Friederike Moltmann, *Propositional Attitudes Without Propositions* (2003), confirma isto. Ela também considera equivocada uma análise (a que chama de análise tradicional ou análise relacional) que trata a atitude proposicional de crença como sendo uma relação entre um sujeito e uma proposição. Nesse caso, a *that-clause* encravada na sentença tem o papel de ligar o sujeito a um único argumento, a proposição.

Ao contrário, Moltmann sustenta, em sintonia com Russell, que a atitude proposicional de crença é uma relação de  $n$ -lugares, que relaciona um sujeito e os constituintes de um conteúdo proposicional. Segundo Moltmann, a crença é um modo de combinar certos constituintes proposicionais, onde a *that-clause* refere uma configuração de elementos proposicionais, que estão no modo especificado pelo verbo “acreditar”. Ela procura oferecer um desenvolvimento da visão russelliana, combinando a posição de Russell com uma semântica formal, que considera proposições como *objetos atitudinais*. Um objeto atitudinal tem a forma  $f(R, p, x)$ , onde  $f$  é a função que tem a relação de crença  $R$ , a proposição estruturada  $p$  como um conjunto ordenado de  $n$ -tuple, e tem  $x$  como sujeito de  $R$ . Esse objeto atitudinal existe, se e somente se, o sujeito  $x$  está na relação  $R$  para com os constituintes de  $p$ .

Desse modo, com a proposta de uma semântica formal mais sofisticada, Moltmann defende a proposta russelliana de que a crença é uma relação múltipla que refere objetos individuados na base dos constituintes proposicionais e seu modo atitudinal de combinação. Sua posição nos dá uma solução bem mais sintonizada com a solução oferecida por Russell para o Problema SSV em sentenças no contexto de crença. De modo concreto, no caso que analisamos acima, podemos ver que (3) e (4) apresentam objetos atitudinais diferentes. Visto que o objeto atitudinal é uma função  $f$  do tipo apresentado no parágrafo anterior, (3) tem como objeto atitudinal:

$f(C, p, x)$ , onde  $C$  é a relação de crença,  $p$  é a proposição “Aristóteles foi o mestre de Alexandre Magno”, e  $x$  é

Alberto relacionado com  $f$  (crença de Alberto, Aristóteles, mestre de Alexandre Magno).

E (4) tem como objeto atitudinal:

$f(C, p, x)$ , onde  $C$  é a relação de crença de Alberto,  $p$  é a proposição “o autor da *Metafísica* foi o mestre de Alexandre Magno” e  $x$  é Alberto relacionado com  $f$  (crença de Alberto, autor da *Metafísica*, mestre de Alexandre Magno).

E aí podemos ver tanto que Alberto está em relações de crenças diferentes quanto que os elementos de  $p$  são diferentes. O que resulta em objetos atitudinais diferentes. E, por isso, a substituição *salva veritate* não é possível.

Além de Moltmann, podemos citar outros esforços de atualização da teoria da crença como relação múltipla proposta por Russell, como, por exemplo, o texto *A New Interpretation of Russell's Multiple-Relation Theory of Judgmente* (1991), de Gregory Landini, e o texto *Russell's last (and Best) Multiple-Relation Theory of Judgment* (2008), de Christopher Pincock. Eles oferecem um roteiro de consideração das críticas tradicionais e boas tentativas de superação. O primeiro enfatiza a importância da forma lógica para a nova versão da teoria da relação múltipla defendida por Russell em *Theory of Knowledge*, o manuscrito de 1913. E o segundo apresenta uma considerável atenção à crítica de Wittgenstein, que repercutiu tão fortemente em Russell, bem como, às críticas de Nicholas Griffin, em *Russell's Multiple Relation Theory of Judgment* (1985), Graham Stevens, em *The Russellian Origins of Analytic Philosophy* (2005), e Peter Hanks, em *How Wittgenstein Defeated Russell's Multiple Relation Theory of Judgment* (2007). Depois, argumenta contra todas elas mostrando que Russell chegou a uma versão da teoria da relação múltipla em *Theory of Knowledge* que resiste a todas as críticas apontadas por esses pensadores.

## Referências

BEALER, George. “A Solution to Frege’s Puzzles”. *Philosophical Perspectives*, vol. 07, p. 17-60, 1993.



- BRAUN, David. "Understanding Belief Reports". *Philosophical Review*, vol. 105, p. 555-595, 1998.
- CRIMMINS, Mark & PERRY, John. "The Prince and the Phone Booth: Reporting Puzzling Beliefs". *The Journal Philosophy*.vol. 86, nº 12, p. 685-711, 1989.
- FICTH, G. W. "Two Aspects of Belief". *Philosophy and Phenomenological Research*.vol. 45, nº 1,p. 87-101, 1984.
- GEIRSSON, Heimir. "True Belief Reports and Sharing of Beliefs". Disponível em: <http://www.public.iastate.edu/~geirsson/pdf/truereports.pdf>. Acessado em: 13/09/2013 às 15:25, [2013?].
- MCKAY, Tomas e NELSON, Michael. "Propositional Attitude Reports". In: Zalta, Eduard N. (ed) *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2010.
- MOLTMANN, Friederike. "Propositional Attitudes Without Propositions". *Synthese*, nº 135, p. 77-118, 2003.
- PINCOCK, Christopher. "Russell's last (and Best) Multiple Relation Theory of Judgment". *Mind*, vol. 117, p. 107-139, 2008.
- RICHARD, Mark. "Attitudes in Context". *Linguistic and Philosophy*, nº 16, p. 123-148, 1993.
- RUSSELL, Bertrand. "Knowledge by Acquaintance and Knowledge by Description". In: *Mysticism and Logic*. London: George Allen & Unwin Ltd, 1917, p. 152-167.
- RUSSELL, Bertrand. "On Denoting". In: *Logic and Knowledge*. 1 Ed. London: George Allen & Unwin LTD, 1956, p. 39-56.
- RUSSELL, Bertrand. "The Philosophy of Logical Atomism". In: *Logic and Knowledge*. 1 Ed. London: George Allen & Unwin LTD, 1956, p. 177-282.
- SALMON, Nathan. "Reflections on Reflexivity". *Linguistic and Philosophy*, nº 15, p. 53-63, 1992.

Submetido: 10/11/2018

Aprovado: 22/11/2018

